



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PETIÇÃO Nº 8481/DF

REQUERENTE GREENPEACE BRASIL

REQUERIDO: RICARDO DE AQUINO SALLES

RELATORA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

PARECER JPL Nº 387491/2019

CRIME CONTRA A HONRA DE PESSOA JURÍDICA. INJÚRIA. IMPOSSIBILIDADE. DIFAMAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUTAÇÃO DE FATOS CONCRETOS. EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO. REJEIÇÃO DA QUEIXA-CRIME.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal compreende que a *“a pessoa jurídica pode ser vítima de difamação, mas não de injúria e calúnia”* (RHC 83091/DF, Primeira Turma, rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ 26/09/2003).

2. Os crimes de calúnia e difamação, por suas definições típicas, exigem a imputação de fato determinado a alguém, não se contentando com expressões meramente adjetivas.

3. No âmbito das relações políticas, amplifica-se a proteção constitucionalmente assegurada à liberdade de expressão. O predicado de animal político – atribuído indistintamente a todos os seres humanos como expressão da sua participação na definição dos rumos da *polis* – demanda que as questões de interesse público sejam intensamente debatidas.

4. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI n.º 4451/DF, sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes (DJe 21/06/2018), registrou que *“o direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas,*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias”.*

5. Não configura crime contra a honra o juízo pessoal, de caráter eminentemente adjetivo, realizado por agente público em relação a protesto realizado por integrantes de entidade associativa.

Parecer pela rejeição da queixa-crime.

Excelentíssima Senhora Ministra Relatora,

**I – SÍNTESE DA ACUSAÇÃO**

Cuida-se de queixa-crime ajuizada por Greenpeace Brasil, pessoa jurídica constituída sob a forma de associação, em desfavor do Ministro de Estado do Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles, imputando-lhe a prática do tipo penal de difamação (art. 139 do Código Penal).

A querelante sustenta que, *“em 23 de outubro de 2019, ativistas do Greepeace realizaram uma ação pacífica em frente ao Palácio do Planalto, com o objetivo de chamar a atenção do público para o descaso demonstrado pelas autoridades com o incidente do vazamento do óleo que contamina as praias nordestinas e com as crescentes queimadas de floresta perpetradas na região amazônica”.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Acrescenta que, após o citado evento, *“o atual Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo de Aquino Salles, passou a desferir uma série de difamações contra a organização ambientalista na mídia e em redes sociais”*.

Assevera que as manifestações supostamente difamatórias se iniciaram ainda no dia 23 de outubro, ocasião em que *“o Sr. Ricardo Salles manifestou-se através do canal de Twitter em que se identifica como Ministro de Estado do Meio Ambiente e se pronuncia em nome do cargo público que ocupa, para publicar um vídeo em que exhibe os ativistas do Greenpeace diante do Palácio do Planalto com o seguinte comentário: ‘Não bastasse não ajudar na limpeza do petróleo venezuelano nas praias do Nordeste, os ecoterroristas ainda depredam patrimônio público’”*.

Informa, ademais, que:

a) na mesma data, em entrevista concedida a veículo jornalístico, o requerido teria realizado declarações de conteúdo difamatório, empregando expressões como *“eles estão depredando patrimônio público, sujando”* e *“nós temos que trabalhar, ao contrário deles, que ficam só protestando, reclamando e sujando, destruindo patrimônio público, como foi hoje lá no Palácio do Planalto”*;

b) ainda no mesmo dia, *“o Sr. Ricardo Salles compartilha em seu canal de Twitter o link para sua entrevista ao CB. Poder, acompanhado do seguinte*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*comentário: 'Não recebo terrorista, afirma ministro Ricardo Salles sobre Greenpeace'';*

*c) em 24 de outubro de 2019, "o Sr. Ministro do Meio Ambiente vai além e publica em seu Twitter oficial uma antiga fotografia de um dos navios de trabalho do Greenpeace, o Esperanza, com os seguintes dizeres: 'Tem umas coincidências na vida né.. Parece que o navio do #greenpixe estava justamente navegando em águas internacionais, em frente ao litoral brasileiro bem na época do derramamento do óleo venezuelano...'"*

*Conclui que "a ofensa à honra objetiva do Greenpeace e a consequente configuração do delito de difamação contra a organização revelam-se evidentes e indiscutíveis nas afirmações e insinuações desferidas pelo Ministro".*

*Juntou aos autos cópias das publicações nas redes sociais, bem como ata notarial de constatação, de modo a comprovar os fatos.*

*Em sede de defesa preliminar, o querelado requereu a rejeição liminar da queixa-crime, "tendo em vista que a conduta ora narrada é evidentemente atípica, em atenção aos artigos 142, III, do Código Penal, e 5º, IV, da Constituição da República, este que garante a todos a liberdade de expressão, ao passo que a manifestação do Ministro do Meio ambiente, ora apontadas como criminosas pelo Querelante resumem-se à livre expressão de pensamento".*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Em seguida, os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral da República, com fundamento no art. 5º, parágrafo único, da Lei n.º 8.038/1990.

É o relatório.

## II – DA REJEIÇÃO DA QUEIXA-CRIME

Conquanto atenda aos requisitos processuais genéricos estabelecidos no art. 41 do Código de Processo Penal – contendo a exposição do fato, com todas as suas circunstâncias, bem como a qualificação do acusado –, a queixa-crime não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

Isso se deve à atipicidade da imputação, a evidenciar a falta de justa causa para o prosseguimento do feito<sup>1</sup>.

De início, merece registro que jurisprudência dessa Corte Suprema compreende que a *“a pessoa jurídica pode ser vítima de difamação, mas não de*

---

1 Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o requisito processual da justa causa não se limita à exigência de lastro probatório mínimo à deflagração da ação penal, sendo possível a rejeição da inicial acusatória *“seja pela inexistência de indícios de autoria do delito, seja pela não comprovação de sua materialidade, seja ainda pela atipicidade da conduta do investigado”* (STF, HC 165781 AgR/SP, rel. Min. GILMAR MENDES, DJ de 28/02/2019).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

injúria e calúnia” (RHC 83091/DF, Primeira Turma, rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ 26/09/2003<sup>2</sup>).

Na situação subexamine, apesar de a inicial acusatória indicar a tipificação formal dos fatos como o delito de difamação (art. 139 do CP), parte das expressões de autoria do querelado não verbera a prática de **fatos** determinados, configurando, quando muito, afirmações injuriosas.

O delito de difamação, como sabido, pressupõe a imputação de “fato ofensivo” à reputação de alguém, o que não se faz presente nas expressões “terrorista” e “ecoterroristas”, porquanto ausentes fatos determinados. Nesse sentido, confira-se precedente dessa Corte Suprema:

*EMENTA QUEIXA. CRIME CONTRA A HONRA. CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA. IMUNIDADE PARLAMENTAR. ART 53 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO POIS AS SUPOSTAS OFENSAS PROFERIDAS NÃO GUARDAM PERTINÊNCIA AO EXERCÍCIO DO MANDATO. SUPOSTAS OFENSAS QUE NÃO IMPUTAM FATOS DETERMINADOS. REJEIÇÃO DA QUEIXA PELOS CRIMES DE CALÚNIA E DIFAMAÇÃO POR ATIPICIDADE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DO CRIME DE INJÚRIA*  
1. A regra do art. 53 da Constituição da República não contempla as hipóteses em que supostas ofensas proferidas por parlamentares não

---

2 No mesmo sentido: INQ 800/RJ, Tribunal Pleno, rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 19/12/1994; RHC 61993/RS, Segunda Turma, rel. Min. FRANCISCO RESEK, DJ 26/10/1984.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*guardem pertinência com suas atividades. Essa imunidade material tem por finalidade dotar os membros do Congresso Nacional da liberdade necessária ao pleno exercício da atividade parlamentar. 2. A atividade parlamentar, para além da típica função legislativa, engloba o controle da administração pública (art. 49, X, da CR), razão pela qual os congressistas, ao alardearem práticas contrárias aos princípios reitores da probidade e moralidade administrativas, encontram-se realizando atividade que se insere no âmbito de suas atribuições constitucionais. 3. Parlamentar que, em entrevista a programa de rádio, faz alusões a respeito de atos preparatórios voltados à prática de um homicídio não se encontra em situação coberta pela imunidade parlamentar, pois as supostas ofensas não guardam relação com o exercício do mandato. 4. Os crimes de calúnia e difamação, por suas definições típicas, exigem a imputação de fato determinado a alguém. Alusões desconexas a pessoas indeterminadas não configuram os delitos de calúnia ou difamação. Queixa rejeitada quanto aos delitos de calúnia e difamação por atipicidade da conduta narrada. 5. Extinção da punibilidade quanto ao delito de injúria pela incidência da prescrição (Primeira Turma, Inq 3399/DF, rel. Min. EDSON FACHIN, DJe 25/04/2016).*

Quanto às demais imputações, embora inegavelmente ácidas as expressões empregadas, não se pode perder de vista que, no âmbito das relações políticas, amplifica-se a proteção constitucionalmente assegurada à liberdade de expressão. O predicado de animal político – atribuído indistintamente a todos os seres humanos como expressão da sua participação na definição dos rumos da *polis* – demanda que as questões de interesse público sejam intensamente debatidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Em outras palavras, a circulação de opiniões e críticas revela-se essencial para a configuração de um espaço público de debate e, conseqüentemente, ao Estado Democrático de Direito.

Por mais duras que possam parecer àquele que figura como seu alvo, as críticas de caráter político estão compreendidas, *prima facie*, no campo da liberdade de expressão, passando para o domínio da ilicitude quando manifesta a intenção de violar a honra alheia, especialmente a de pessoas físicas, destinatárias de maior proteção estatal.

Nesse sentido, essa Suprema Corte, no julgamento da ADI n.º 4451/DF, sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes (DJe 21/06/2018), registrou que *“o direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias”*.

Outrossim, ao disciplinar os chamados crimes contra a honra, o art. 142 do Código Penal informa que não configura tais delitos a emissão de opinião crítica desfavorável, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A injúria, sabe-se, consiste na ofensa à dignidade ou decoro (art. 140 do Código Penal). A difamação, na imputação de fato ofensivo à reputação (art. 139). Por fim, a calúnia consiste em uma forma específica de difamação, em que se imputa a alguém a prática de fato sabidamente falso definido como crime (art. 138).

A configuração do ilícito exige, para a injúria, o interesse manifesto na mera ofensa, e, para os demais, a imputação de fato cuja inveracidade possa ser **objetivamente aferida**.

Essa aferição demanda que o que se disse seja composto por sentenças eminentemente **substantivas** – e não adjetivas, em que se veiculam opiniões. No contexto político, ganha relevo a importância de serem coibidas as divulgações de **fatos** manifestamente inverídicos.

Na situação em tratativa, como já referido, as afirmações que a parte querelante qualifica como falsas detêm natureza eminentemente adjetiva, de cunho especulatório. Além disso, fazem referência ao juízo pessoal do querelado, no exercício da função pública, quanto ao evento ocorrido em 23 de outubro de 2019, em frente ao Palácio do Planalto, cujas imagens foram colacionadas com a inicial.

Portanto, não se verifica a tipicidade da conduta narrada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**III - CONCLUSÃO**

Em face do exposto, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA manifesta-se pela rejeição da queixa-crime.

Brasília, data da assinatura digital.

*Augusto Aras*  
Procurador-Geral da República  
*Assinado digitalmente*

PET 8481 - Parecer - Rejeição queixa-crime - JPL